

EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA NAS ESCOLAS ÉTNICAS DE CRICIÚMA SC- 1905-1930

Marli de Oliveira Costa*

O texto apresenta parte de algumas das experiências das crianças filhos/as de imigrantes e/ou descendentes de italianos e poloneses em Criciúma- SC, a partir da construção de escolas étnicas nas comunidades de Morro Estevão e Linha Batista entre os anos de 1905 e 1930. Esse trabalho é resultado de investigações do Grupo de Pesquisas, História e Memória: o Processo da Educação em Santa Catarina- GRUPEHME, ligado à Diretoria de Pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC, que já publicou dois cadernos sobre a história da educação, respectivamente, das duas comunidades acima citadas.

Os documentos utilizados como pistas investigativas foram relatórios, atas, fotografias, recortes de jornais e entrevistas. As entrevistas foram as mais utilizadas, visto que, dificilmente encontramos registros, como diários, onde podemos perceber como as crianças pobres, no início até a primeira metade do século XX lidaram com suas condições de vida, nesse caso- sua vida enquanto aluno e ou aluna.

As experiências de quem foi criança nesse período nas escolas mostram as dificuldades do contato e da aprendizagem com uma língua diferente da falada em casa, a língua italiana e polonesa; o problema da conciliação do trabalho na roça e do horário da escola; a relação com as outras crianças, com a professora e com a cultura material da escola- lembranças das lousas, lápis, dos mapas, dos silabários e dos livros de leitura¹.

Buscar a história da infância na escola por meio da memória é lidar com a “dialética da lembrança e do esquecimento”, como coloca o historiador Pierre Nora ao discutir “os lugares de memória”. Ao lidar com lembranças e esquecimentos encontramos os significados de fatos que ficaram arquivados nas lembranças e, em contato com fotografias e outros colegas são rememorados, ajudando a tecer a difícil tarefa de encontrar os ‘fazeres dos alunos/as“ no passado, já que nas escolas pouco ou nada foi guardado de documentação. Como desenhavam as crianças dessas escolas? Como eram suas letras?

O que escreviam? Que registros deixaram de suas passagens pela escola? Perguntas que dificilmente se pode responder.

Cem anos nos afasta da primeira experiência escolar dessas comunidades, dos registros encontrados nas escolas, a data mais longínqua é em Morro Estevão, 1905. Dos pertences dos alunos/as, 23 livros de leitura em italiano e polonês que variam de 1928 a 1950; De suas lembranças, as que mais significaram. Apoiada nesses poucos documentos, tentarei mostrar algumas das experiências desses alunos/as.

A discussão dessa temática se fará dentro de uma perspectiva do estudo da infância que busca “o mundo de vida” como fala Manuel Sarmiento,² ou “o ponto de vista das crianças”, título de um livro de Cleopatre Montandon³. Isso é, uma perspectiva que tenta discutir e mostrar como agem as crianças no meio em que vivem, como inventam esse meio, como lidam com as criações que os adultos fazem para elas. A escola se apresenta nesse texto como um “espaço vivido”⁴. A idéia de “espaço vivido” busca perceber as crianças dentro de relações que envolve um “lugar”.

Para tanto, em um primeiro momento é necessário situar a construção das escolas particulares/ comunitárias, chamadas também por alguns pesquisadores de escolas étnicas.⁵

A construção das escolas étnicas

O Bairro Morro Estevão que também já foi denominado Núcleo Hercílio Luz, talvez seja o local em que a primeira experiência de educação escolar tenha ocorrido em Criciúma (fundada em 1880 por imigrantes italianos), pois, em 1905, encontramos registros que falam de atividades escolares, onde um professor de origem italiana recebia proventos da própria comunidade para ensinar seus filhos e filhas. Em 1913, essa mesma comunidade faz um abaixo-assinado ao então governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, para terem uma escola pública⁶. Escola que se concretiza, porém, a data exata não foi possível precisar,

mas, um documento de visita de Inspetores de Ensino nos mostra um pista pela sua data 1925⁷.

A localidade de Linha Batista, por sua vez, foi colonizada por imigrantes poloneses a partir de 1891, e as experiências com a educação escolar dos filhos e filhas desses imigrantes deram-se a partir do início do século XX, como nos fala Giani Rabelo ao analisar uma entrevista feita com Casimiro Tibincoski:

Conta o Sr. Casimiro Tibincoski que a maioria dos imigrantes poloneses eram alfabetizados na própria língua. Mesmo sem condições de construir um estabelecimento escolar, as crianças eram reunidas em casas particulares para receberem as primeiras instruções e como não tinham trazido nenhum profissional da educação, os educadores eram escolhidos entre os que sabiam mais, e assim, assumiram a educação os senhores: João Machinski e Gabriel Bartosiak, em Linha Batista[...]⁸

Em casas particulares, ensinadas por moradores que se tornavam professores/as por saberem as “letras” e as “contas” um pouco mais que os outros moradores; ou agrupadas em classes escolares multisseriadas acompanhadas por professores/as pagas pelo Estado a partir de 1920, essas crianças adquiriam um outro “lugar” - o lugar de aluno e aluna. A idade de ir para escola apresenta-se na vida das crianças como um rito de passagem, ou seja, uma outra instituição diferente da família e da igreja passa a fazer parte de suas vidas. Assim as atividades escolares deveriam ser sua principal atividade. Alguns autores chamam de “ofício de aluno”⁹. O que isso interferiu em suas vidas? Como viam essa experiência?

Idade de torna-se aluno e aluna e o trabalho na roça

Entre os anos de 1920 a 1937, a idade de ir para a escola, de acordo com os depoimentos variava entre 8 a 13 anos de idade, sendo que Casimiro Tibincoski, nascido em 1917, recorda que em Linha Batista não aceitavam jovens com 14 anos. As pessoas entrevistadas permaneceram na escola no máximo três anos. Alguns fatores implicaram nesse tempo de permanência, dois deles estão ligados ao fato de que as escolas funcionavam até a terceira série de forma multisseriada, ou seja, 1^a, 2^a e 3^a séries juntas sob

a responsabilidade de um/a professor/a; e o trabalho na agricultura envolvia toda unidade familiar, o que implicava na contribuição das crianças. “Naquele tempo os pais mandavam dois, três anos, depois tiravam a criança e botavam na roça”, lembra o Sr. Casimiro Tibincoski.

Em Morro Estevão, João Zanette, nascido em 18/05/1911, iniciou com 8 anos e concluiu com 10 anos e diz: “a única coisa que aprendi na escola foi fazer conta”. D. Maria de Luca,¹⁰ nascida em 1923, iniciou com 11 anos, pois como coloca: “uma vez mandavam velha, 11 anos e eu trabalhava na roça”. Por esse motivo D. Maria fez apenas até o “2º ano”. Já Dona Maria Dinca Dal’Toé¹¹, nascida em 1915, foi para a escola com 13 anos de idade. Para recordar o porquê dessa idade, ela vasculhou suas lembranças encontrando o trabalho na roça. E, atualizou suas lembranças comparando com o tempo presente em que a lei determina a idade de ir à escola. Myriam Moraes de Lins Barros, ao estudar lembranças de família a partir das recordações dos avós coloca que: “Os limites de sua infância são traçados, no presente, com olhos e elaborações atuais que, embora possam ser explicados e racionalizados em função das mudanças sociais, mudaram as representações dessas pessoas, aparecendo em cada etapa de sua vida com configurações diferentes”¹².

Além do trabalho na roça lembrado pelos narradores/as, os registros realizados pela professora Paula Westphal que lecionou na escola de Morro Estevão entre os anos de 1925-1939, oferecem entre outras, informações sobre a reprovação dos alunos e das alunas: Em 1925, dos 45 alunos do 1º ano foram reprovados 20 alunos; em 1926 dos 44 alunos do 1º ano, foram reprovados 16; em 1927 dos 36 alunos foram reprovados 14 e, em 1932 dos 51 alunos reprovaram 15. O número de reprovação diminuiu de 1935 em diante. A evasão escolar também é notável nesse período. Em 1925 dos 45 alunos que freqüentaram o 1º ano, apenas 08 seguiram para o 2º ano, em 1926, desse 08, 03 seguiram para o 3º ano em 1927. Em 1928 dos 32 alunos que freqüentavam o 1º ano, 06 foram para o 2º ano em 1929, sendo que permaneceram 06 no 3º ano de 1930. Em 1931 havia 56 alunos matriculados no 1º ano, foram para o 2º ano de 1932 apenas 13 alunos e, para o 3º ano de

1933, 08. Esses números seguem mostrando a evasão do 1º ano para o 2º e uma razoável permanência entre o 2º e o 3º ano até 1939 de acordo com os registros guardados na escola. A evasão escolar pode estar ligada à reprovação, fator que incide sob o tempo de permanência na escola. Em Linha Batista não pude pelos documentos que tive acesso estabelecer o mesmo quadro de índices de aprovação e reprovação, porém, observando as duas comunidades pude perceber que a questão da língua influenciava na aprendizagem e era um fator comum nas duas localidades.

A fala e a língua na escola

A Língua Portuguesa tornou-se obrigatória nas escolas do Brasil durante o Governo do Estado Novo (1937-1945), tempo em que os filhos/as de imigrantes italianos e poloneses das localidades investigadas mais sofreram na escola, pois em casa a língua falada era a italiana ou a polonesa e na escola a professora ensinava em português.

Antônio Zanette, que nasceu em 1920 recorda da dificuldade: “Naquele tempo era assim, tinha turma que só falava em italiano, e ela [a professora] queria dar aula em brasileiro, português. Mas eu não compreendia nada como era, então ela ficava brava, e a gente falava em italiano para cá e para lá.”¹³

Os irmãos Casemiro e Tereza Demboski, nascidos em 1918 e 1919 lembram que “quando entramos na escola só falávamos polonês. A professora que dava aula para nós tinha dificuldade. Nós queríamos contar alguma coisa, alguma briga para ela, mas ninguém sabia a falar.”¹⁴ Realidade que permaneceu por muito tempo pois, Alberto Rrzatki nascido 1949 recorda que “o primeiro ano eu não sabia falar em português, sorte que eu ia acompanhado do meu irmão, ele estava na 3ª série e ele falava em português e eu não. A professora tinha que ter uma ginga para trabalhar com isto tudo, geralmente o aluno que entrava na 1ª série não falava português.”¹⁵

Os *sillabários* apresentaram-se como alternativa para o ensino da língua portuguesa nas chamadas colônias desde o início do século XX, pois havia o entendimento por parte

dos imigrantes que era necessário aprender o português, no entanto, isso não excluía a língua de seu país de origem, as crianças tornavam-se bilíngües. Encontramos um exemplar, que nos foi doado pelo ex-aluno de Morro Estevão João Zanette, onde em uma página se escreve em italiano e na outra, o mesmo texto em português.

Não encontramos *sillabários* em polonês e português, mas uma experiência particular de Linha Batista era o professor que ensinava nas duas línguas, assim as crianças em um período estudavam em português e no outro em polonês: “Eu estudei aqui na Linha Batista, com Casemiro Starchuski. Estudava de manhã em brasileiro e de tarde em polonês”, recorda D. Pelaguia Marchiski Bartosiak, nascida em 1927.¹⁶

Com a implantação do Estado Novo, as línguas das colônias formadas pela imigração européia do século XIX foram banidas das escolas, mesmo aquelas em que as comunidades e ou consulados pagavam os professores. Para lecionar era necessário ser brasileiro. A partir de 1937 em vez de bilíngües as crianças deveriam saber apenas a língua portuguesa.

Além da fala, as lembranças da cultura material e das atividades da escola são presentes nas recordações desses alunos/as.

Atividades e lembranças de objetos escolares

João Zanette, guardou um pequeno caderno de anotações, poesias, “pontos” de geografia e história ali estão registrados. Nesse caderno é notável o desenho de sua letra, o que se aprendia e como se registrava. Casemiro Tibincoski recorda de seu professor, das aulas de teatro onde era evocada a religiosidade de acordo com o cultivo polonês. Algumas mulheres recordam cantigas de roda, outros as “trapaças” que faziam entre si e outros ainda dos castigos e do lanche. Como recordam os irmãos Casemiro Demboski e Tereza Demboski Milak:

Na escola tinha recreio, mas tinha castigo também, não é que nem hoje, a D. Iria [professora] andava sempre na escola com a vara de vime dizendo assim: Aqui, oh! O Inácio Cubasky também [outro professor]. A régua era comprida! O Inácio Cubasky tinha um filho chamado Francisco ele andava na escola e fazia “arte”, o Inácio agarrava ele e... vá nas costas, deu não sei quantas varadas. O Werpachowski [outro professor] não sovava mais com a régua, dava na palma da mão. Ele batia com essa

régua, tinha que ir lá na frente, botar a mão para frente. Ajoelhar na porta da escola, pertinho da estrada, quando passava o pessoal, já viam que tem gente ajoelhado lá na porta. Do milho também, a escola da Linha Torres tinha um banco chamado banco piolhento, ela as vezes revistava, se encontrava piolho! – Vai lá naquele banco, fica meio dia sentado ali, apelidaram banco do piolhento.

Lembranças de surras, castigos e humilhações são muito presente nas recordações deste tempo de escola. Os castigos escolares como parte integrante do processo pedagógico tradicional acompanhou as escolas em um longo processo. Todas as narrativas reportam a lembranças dos castigos, ou as crianças experimentaram a ira de seus mestres ou presenciaram sobre os colegas. Os irmãos Tereza e Casemiro recordam de um menino que era castigado porque fazia “artes”. Podemos perguntar o que eram as “artes”? Penso que associada a essa idéia, estão alguns dos “fazeres” das crianças, coisas que elas inventam, mesmo que seja se distrair, olhando pela janela enquanto a professora explica as contas, ou escapando da escola para caçar passarinhos, prática comum das crianças da época apresentada; ou mesmo irritando-se com o colega, não trazendo as tarefas, ou não compreendendo a fala da professora. Tudo isso era motivo para os castigos.

Além do recreio, “A metodologia, então, no período analisado consistia em repetir a lição ou as informações, fazer exercícios mecânicos e reproduzir modelos”¹⁷, como recorda a ex-aluna da escola de Morro Estevão Dona Amélia de Luca Cardoso, nascida em 1942 [...] “Era ali, na ponta da língua, exigia deles o ponto” [...] “A tabuada era cantada, nossa, era na ponta da língua”¹⁸.

Quem por acaso não cumprisse o que era solicitado, era castigado. Por outro lado, como havia muitos castigos, podemos inferir que havia muita resistência ao ensino, não fazer, poderia significar não compreensão, como também o entendimento que esse conhecimento não era importante, pois como recorda Antônio Zanette, “então, eu gostava de trabalhar, estudar pra quê? Naquele tempo não era como hoje, que quem estuda ganha.” Ou Dona Maria de Luca que “não gostava muito não de ir para a aula, gostava de brincar.” Mas, também havia aqueles que gostavam das letras, como Casimiro Tibincoski: “Eu gostava muito de leitura. Até hoje eu gosto. Eu era tão prático na leitura. Tinha uma

biblioteca com 300 livros [em Linha Batista]. Uma parte foi fundada pelo falecido Padre Francisco Chyliski e outra parte pelo casal Werpakoski. Aqueles 300 livros eu li e reli.”

As experiências aqui narradas não traduzem a vida dos alunos e alunas dessas escolas sob a orientação de tendências pedagógicas tendo como alvo principal às crianças e, que deixaram marcas indeléveis na vida daqueles que passaram pelos bancos escolares. Mas, apresentam várias questões a serem aprofundadas em outras oportunidades.

Notas

* Doutoranda em Educação pela UFRGS(Porto Alegre-RGS). Professora do curso de história da UNESC(Criciúma-SC). Mestre em história pela UFSC (Florianópolis- SC).

¹ Questões que são aprofundadas nas seguintes bibliografias: RABELO, Giani et. al. **Casemiro Starchurscki: Das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal**. Criciúma: editora da UNESC, 2004. e GIANI, Rabelo, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira. **A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002)**. Criciúma: UNESC e Prefeitura Municipal de Criciúma, 2002.

² SARMENTO, Manuel. **As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade**. (mimeo)

³ MONTANDON, Cleopatre. **L'éducation du poit du vie dès enfants**. Paris, Harmattan, 1997.

⁴ ROLNIK, Raquel. Lei política: a construção dos territórios urbanos. In: **PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. São Paulo: EDUC, 1999.

⁵ VIRTUOSO, Tatiane dos Santos. **A Política de Nacionalização do Ensino Getulista: Experiências de Criciúma – SC (1930-1940)**. TCC do curso de história. Criciúma: UNESC, 2003.

⁶ GIANI, Rabelo, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira. **A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002)**. Criciúma: UNESC e Prefeitura Municipal de Criciúma, 2002. p. 30.

⁷ Idem. P.31.

⁸ RABELO, Giani. Vozes e Vidas de Professores e Professoras. In: RABELO, Giani et. all. **Casemiro Starchurscki: Das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal**. Criciúma: editora da UNESC, 2004.

⁹ Sobre isso ver, SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. IN:**CADERNOS DE PESQUISA. N 112**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora dos autores associados, 2001.

¹⁰ Maria De Luca Thomasi nasceu em 20/06/ 1926 em Criciúma. Entrevista concedida em 29/05/2002.

¹¹ Maria Dinca Dal'Toé nasceu em 05/01/1915 em Criciúma. Entrevista concedida em 25/05/2002.

¹² LINS DE BARROS, Myrian Moraes. “Memória e Família”. In: **Estudos Históricos 3, Memória**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 34.

¹³ Antônio Zanette. Entrevista concedida em 25/06/2002.

¹⁴ Casemiro Demboski E Tereza Demboski Milak. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma, 2002.

¹⁵ Alberto Rzatki Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma, 17/10/ 2002.

¹⁶ Pelaguia Marchiski Bartoskiak. Entrevista concedida a Tatiane dos Santos Virtuoso e Andreane Fátima Tecchio Motta. Criciúma 02/09/ 2002.

¹⁷ GIANI, Rabelo, LOURENÇO, Leila e COSTA, Marli de Oliveira. **A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002)**. Criciúma: UNESC e Prefeitura Municipal de Criciúma, 2002

¹⁸ AMÉLIA DE LUCA CARDOSO. Criciúma. Entrevista concedida em 25/05/2002.